

## NOTA DA REUNIÃO DE 09/05

Dr. Natalino e Dr. Alair – Comissão de certificação

Reunião dia 28/06/2006

- O MS não tem recurso para cumprir o reajuste pactuado para a recontratualização; na contratualização a política do ano passado já era o mínimo de recurso para os contratos, os incentivos de investimentos foram cortados, muitos não assinaram nem o 1º contrato. Para a média e alta complexidade quando saiu o orçamento já tinha um déficit projetado, assim sendo com o reajuste parado há um comprometimento do processo que foi pensado alterando a lógica da produção para a pactuação de metas entre o gestor e o HE. Dos 204 que solicitaram certificação passo que antecede a contratualização, 127 foram certificados (62%), 17 não certificados, 34 com doc. Incompleta, 22 em termo de ajuste, 4 chegaram agora e não foram analisados; dos 127 certificados 64% foram contratualizados (82).

Os gestores do MS têm conhecimento da situação, mas dependem de negociação política com a área financeira do governo com tudo têm uma posição clara em priorizar os contatos dos HR. Há um espaço para que as entidades se mobilizem em apoio ao MS.

Atualmente estamos no período de discussão do orçamento para 2007 momento propício para gestões junto ao Congresso, se possível com docentes, alunos, sociedade além de outras entidades nos preocupamos mais com o orçamento do que o recurso que já foi cortado.

Os integrantes da Comissão interinstitucional ciente de alguns desvios da proposta inicial do programa poderia desencadear gestões junto ao CONASS, CONASEMS documentos orientando as gestões estaduais e municipais de negociar, estabelecer as metas, etc. com os HE; encaminhar esse documento à Comissão Tripartite (se o valor total do contrato for somado e dividido pela tabela SUS anula totalmente os propósitos do programa), a compreensão dos gestores não é clara quanto a este programa de reestruturação.

O defensor deste processo proposto para o programa será SP. A sociedade, a legitimação social dos contratos é fundamental, mas é preciso ser discutido em todas as instâncias acadêmica, discente, grupos de trabalho, estado, município, técnica, política e sociedade civil organizada, com o entendimento de que não é só um programa assistencial, mas também de ensino e pesquisa.

A CIHE vai se responsabilizar pela redação de um documento de como devem ser tratados os contratos, a ABEM (Dr. Justo) a ABRAHUE, estudantes e MEC enviam para a Karla que fará sua compilação e redação final, estabelecendo alguns passos ou regras, reconhecendo obviamente a autonomia do gestor, mas há que ser considerado seu processo histórico, premissas e propostas. Encaminhar ao CONASS e CONASEMS.

- Processo de Informatização da certificação em conjunto com o DATASUS – Prof. Lúcio Moreira. Surgiram alguns questionamentos quanto ao prazo de validade, metodologia de certificação com visitas, hospitais com impedimento, hospitais que não se incluem nos critérios por terem proposta pedagógica própria, definição clara o que se entende por complexo hospitalar.
- Proposta de revisão da Portaria 1000, apresentado pela Dra. Urquiza.